

## A AMIZADE POLÍTICA DE IDOSOS VOLUNTÁRIOS

Conceição de Maria G. B. Cuba<sup>1</sup>

### resumo

O objetivo do presente artigo é discutir a relevância da amizade política para os idosos colaboradores do Projeto “Idosos Colaboradores” da Universidade Aberta da Terceira Idade - UnATI/UERJ, expressa na minha pesquisa de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio em 2005. O estudo foi fundamentado teoricamente na obra de Hannah Arendt, que apresenta a dimensão política da amizade como uma ação desenvolvida pelo diálogo público e plural no mundo comum a todos. Verificamos nas entrevistas que os idosos apresentaram elementos significativos que identificam a prática da amizade política. A amizade política possibilita o debate e a luta dos idosos, junto com as demais gerações, para assegurar e ampliar os seus direitos, garantidos nas políticas sociais.

### palavras-chave

Idoso. Amizade Política. Voluntariado.

### 1 Iniciando o debate

No presente artigo, discuto a importância do engajamento dos idosos do Projeto “Idosos Colaboradores” da Universidade Aberta da Terceira Idade da UERJ no voluntariado, como um espaço de construção de amizades políticas, no diálogo com outros sujeitos idosos sobre os seus direitos sociais e a forma de acessá-los. Contudo, nesse percurso me deparei com algumas dificuldades, que representaram um desafio na realização do presente estudo. Em primeiro lugar, a temática da amizade não é objeto de estudo do Serviço Social brasileiro, nem mesmo na sua dimensão política, o que mostra a dificuldade de bibliografia específica nessa área de conhecimento. Além disso, e como alerta Arendt (2003), a sociedade se habituou a pensar a amizade, tal como eu também a compreendia, apenas como uma relação íntima e de

---

1 Assistente Social; Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio; doutoranda em Serviço Social Puc-Rio; Coordenadora Operacional do Projeto “Idosos Colaboradores” da UnATI/UERJ; professora substituta da Faculdade de Serviço Social - UERJ. E-mail: cmgoul@terra.com.br

troca de confidências, sem uma abertura para o mundo, numa dimensão de amizade política.

A ausência de bibliografia específica sobre esse tema, especialmente em relação à população idosa, na minha área profissional, para subsidiar a pesquisa, me levou a buscar apoio na Antropologia, na Psicologia e na Filosofia. Recorri também às histórias da Revolução Francesa (BASTIAT, 2001; MICHELET, 1988) e do processo civilizador brasileiro (FREYRE, 2001; HOLANDA, 1987; DAMATTA, 1997; RIBEIRO, 1995), para melhor entender a construção da amizade política nesses contextos.

Vale ressaltar que as pesquisas sobre a amizade entre idosos, no âmbito internacional, são empreendidas também pelo Serviço Social. Apesar dessa constatação, no Brasil (CAPITANINI & NÉRI, 2004; ERBOLATO, 2001) e fora dele (ADAMS, BLIESZNER & DEVRIES, 2000; KARLSSON & BORELL, 2005), a amizade praticada pelos idosos é apresentada como rede de suporte social e não na dimensão política, não atendendo aos objetivos da presente pesquisa. Essa foi outra importante dificuldade encontrada para a sua realização.

Portanto, como a literatura especializada não apresenta a amizade política entre idosos, e o presente artigo não pretende esgotar este tema, permanece a necessidade de estudos para o seu aprofundamento. Espero, porém, que possa fornecer subsídios para os debates e ações dos assistentes sociais e demais profissionais no Brasil que trabalham com idosos de quaisquer condições.

O artigo em pauta discute a amizade política entre os idosos que integram o Projeto “Idosos Colaboradores” da UnATI/UERJ, como alternativa de integração social e realização dos seus direitos e da sua cidadania, possibilitadas nas reuniões com o Serviço Social e na atividade voluntária inerente ao Projeto. Para isso, este texto está organizado em três eixos básicos, compreendendo o primeiro na contextualização do envelhecimento social e os seus rebatimentos na amizade.

Após esse debate, apresento a amizade política nas ideias de Hannah Arendt (1906-1975) e, em seguida, faço uma breve apresentação do voluntariado desenvolvido por idosos em estudos nacionais e internacionais, situando o Projeto, a ação do Serviço Social junto aos idosos e a prática do voluntariado dos idosos colaboradores, sujeitos da pesquisa. Apresento também a percepção dos idosos sobre a amizade política, através dos seus depoimentos. Finalmente, comento a importância da amizade política para os idosos e na ação dos assistentes sociais junto a essa geração.

As transformações sociais no Brasil moderno enfraqueceram a cidadania dos idosos, ao valorizar o novo, a juventude e o individualismo, também gerando e agravando desigualdades e exclusão. Essa situação se acirrou com a valorização do cidadão-consumidor, o que contribuiu, entre outras questões, para silenciar a militância política dos idosos e que tende a diminuir os avanços democráticos.

Além disso, a redução dos gastos na área social, a focalização e privatização das políticas públicas para idosos no Brasil, até mesmo sua escassez ou inconsistência, rebatem especialmente nos idosos pobres, como diz Paz (2001), e naqueles da área rural, distanciando-os, cada vez mais, da maioria dos bens e serviços. Essas consequências afetam diretamente a vida e as relações sociais e políticas - como a amizade - e aumentam o isolamento e a exclusão dos idosos, independente das diferenças de classe, gênero, raça e outras. Além disso, tais consequências representam um desafio para os profissionais que trabalham com a geração idosa, principalmente os assistentes sociais, que tentam retirá-los da exclusão e ampliar os seus direitos sociais e a sua cidadania.

Esse desafio do fenômeno mundial do envelhecimento populacional, complexo e heterogêneo, enquanto processo socialmente construído, é inegavelmente uma questão do século XX que se amplia no século atual. O alongamento da vida representa uma importante conquista da população brasileira na área social e no campo da saúde, pela redução da mortalidade infantil e diminuição da natalidade, que asseguraram o aumento da esperança de vida (VERAS & CAMARGO, 1995). No entanto, mostra um paradoxo, pelas diversas perdas de ordem biológica e social que marcam o processo de envelhecimento e a diversidade de problemas gerados pelo aumento acelerado do número de idosos no nosso país. Portanto, essa nova demografia demanda novas políticas sociais para garantir qualidade de vida aos idosos, ou seja, uma vida com direitos plenos. Ela exige ainda, eficácia das políticas sociais existentes com amplos investimentos públicos (em todas as instâncias) para realizar os direitos previstos nas referidas políticas (VERAS & CAMARGO, 1995; VERAS, 2004a; CAMARANO, 2002).

Reafirma esse posicionamento a constatação de que atualmente os sujeitos com 60 anos e mais, definidos como idosos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para os países em desenvolvimento como o Brasil, representam 10,5% da população, isto é, cerca de 20 milhões de pessoas idosas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/FIBGE) de 2007,

divulgada em 2008. A projeção da ONU é que em 2020 o Brasil será o sexto país do mundo em população idosa, com cerca de 32 milhões de idosos, como pontua Veras (2004b).

Essas evidências redesenharam a demografia do país e acirraram a exclusão familiar e social dos idosos e os estereótipos e preconceitos que ainda lhes são direcionados em nossa sociedade (DEBERT, 1999). Os idosos permanecem sem expressão na esfera pública, embora muitas idosas viúvas, de diversas classes sociais e das áreas urbana e rural, cuidem dos seus netos e, diversos idosos (homens e mulheres) sejam a fonte principal de renda familiar (CAMARANO, 2006; MOTTA, 2004) como ‘provedores’ (SIMÕES, 2004). Apenas uma parcela dos idosos se integra com outras gerações nos Centros de Convivência do Serviço Social do Comércio (SESC) e nas universidades para a terceira idade, que consistem em espaços onde as questões do envelhecimento ganham visibilidade. Neles, os idosos, inclusive, atualizam o seu conhecimento, tecem amizades e tentam quebrar preconceitos, como esclarece Motta (2004), ainda que esta forma de amizade não seja política. Mesmo assim, consideramos que essa participação é importante, pois oportuniza o exercício da amizade política e a conquista de direitos.

Em nosso país, os idosos tiveram seus direitos assegurados na Constituição de 1988 em seu artigo 230, que garante o amparo àqueles como “dever” da família e do Estado e afirma a “sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 2003, p.154). Contudo, essa avançada Carta mostra que, estando o Estado em último lugar, esse parece minimizar sua responsabilidade social perante a população idosa e, atribuir maior grau à família. Vale pontuar, como esclarece Pereira (2005/2008), que a família contemporânea demanda necessidades crescentes, também exigindo maior tratamento analítico e segurança social.

A Política Nacional do Idoso (PNI), regulamentada em 1994, prescreve amplos direitos a essa geração, há o Estatuto do Idoso (EI), sancionado em 2003, referenda e amplia esse elenco de direitos. Apesar de representarem um grande avanço, essas políticas (PNI e EI), enquanto mecanismos jurídicos de promoção da autonomia dos idosos e, principalmente, como diz Teixeira (2008), de defesa dos amplos direitos e respostas às refrações da questão social, que atingem essa geração, ainda são inconsistentes na sua realização, pelo incompleto alcance dos seus objetivos. Na realidade, esses direitos históricos e gradualmente conquistados em diversas lutas, pela transformação “das condições de vida” (BOBBIO, 1992, p. 32), já haviam sido assegurados, anteriormente, nos Planos de Ação da Assembléia da ONU de Viena, em 1982 (ONU/DIESA, 1985) e de Madri, em 2002.

Certamente que os direitos devem ser preservados, como afirmou Bobbio (1992), embora os direitos dos idosos tenham sido assegurados tardiamente no nosso país, o que desafia toda a sociedade. Além disso, não se pode deixar de pontuar o paradoxo do direito social da aposentadoria, que reduz o poder aquisitivo, “acarreta, para a maior parte [. . .], perda de *status*<sup>2</sup> e uma queda de nível de vida” (BEAUVOIR, 1990, p. 299). Desse modo, a aposentadoria facilita o isolamento, a exclusão ou “morte social” (MOTTA, 1992), uma vez que, ao marcar “o rompimento com o mundo do trabalho [. . .] meio preferencial ou exclusivo” da “sociabilidade pública” (SIMÕES, 2004, p. 52) dos homens idosos, ela incide na perda do espaço de lutas políticas por direitos (o trabalho), junto às amizades nele construídas.

Outro fator que dificulta a cidadania dos idosos e impede a sua associação a outros cidadãos e a constituição de amizades políticas é o apoio incompleto do Estado. Ocorre que, junto a essas amizades, os idosos podem lutar pela ampliação da sua cidadania, que no pensamento arendtiano, compreende o direito a ter direitos (ARENDDT, 2002a).

Significa dizer que a diversidade de problemas que o acelerado envelhecimento populacional acarreta em uma sociedade como o Brasil, repercutindo social, econômica e politicamente na vida dos idosos e na economia do país, como causa e consequência, compreende uma das formas de expressão da questão social. Salgado (1980) até afirma que um grande contingente de idosos em um país constitui uma questão social. A questão social compreende uma gama de problemas acarretados pela relação capital-trabalho, segundo Cerqueira Filho (1982) e o seu enfrentamento requer uma ação democrática transformadora que amplie os direitos e a cidadania de todos os cidadãos, universalizando, assim, o acesso a todos os direitos (IAMAMOTO, 2001). Nesse contexto, como garantir a expressão dos idosos na esfera pública e a construção de amizades políticas, para enfrentar os rebatimentos da questão social que os atinge?

Essa questão não será plenamente respondida neste artigo, mas vale ressaltar que os idosos mostram-se descrentes e desesperançados na política brasileira (GOLDMAN, 2003), pois em sua trajetória de vida vivenciaram a negação e a concessão de direitos e de cidadania, não obstante tenham se engajado em lutas e movimentos sociais de aposentados e pensionistas, especialmente nas décadas de 1980-1990, para lutar, por exemplo, pelo reajuste salarial de 147,06%.<sup>3</sup> Além disso, se fazem presentes nos espaços de direitos (Fóruns

---

2 Grifo da autora.

e Conselhos), associações, sindicatos, como sujeitos históricos e atores políticos, desenvolvendo uma ação reivindicativa de transformação social (GOLDMAN, 2007).

Provavelmente, essa representa uma tentativa de evitar a “erosão das mediações políticas entre o mundo social e as esferas públicas” (TELLES, 2006, p.186-87).<sup>4</sup> Na realidade, tentam enfrentar as deficiências das políticas apontadas e ampliar o acesso aos seus direitos sociais (GOLDMAN, 2007; NUNES, 2004; PAZ, 2004), historicamente conquistados nos diversos movimentos sociais, direitos estes, insistentemente negados pelo Estado moderno que minimizou a sua responsabilidade frente à questão social.

### 3 Amizade Política em Hannah Arendt

Nesta seção apresento a amizade política, segundo o pensamento de Hannah Arendt, com o qual tomei contato no Mestrado, em 2003, na PUC-Rio. Para sua melhor compreensão, esta categoria será associada a outras, da obra da autora, mas não serão aprofundadas, uma vez que se pretende dar ao leitor uma compreensão inicial, sem esgotar o estudo do tema.

Hannah Arendt, alemã e de família judia, foi uma filósofa do século XX que estudou as consequências da modernidade, a partir da sua vivência do totalitarismo da Alemanha nazista. Exilou-se na França e nos Estados Unidos, por causa desse regime e se tornou uma apátrida, sendo a partir desse lugar que ela escreve. Sua obra vem fundamentando trabalhos e pesquisas na área de Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Essa autora apresentou ao mundo uma esperança na dignidade humana e uma ideia de um constante recomeço, ao analisar a crise da tradição - do “nosso tempo” - que fundou “uma forma inteiramente nova de governo” (ARENDR, 1989, p. 531) e mostrou ao mundo que os homens são supérfluos e descartáveis (ARENDR, 2002a).

A amizade, esse fenômeno antigo e estudado principalmente pela Filosofia e pela Psicologia, baseia-se na confiança mútua e se caracteriza fundamentalmente pela confiança e pela lealdade. Em Aristóteles, seu conceito e finalidades são, como esclarece Ortega (2002), determinados pela perspectiva da *polis* que, entre os gregos, era associada à liberdade e à justiça, o que lhe atribui um caráter político. Hannah Arendt considerava “as amizades o centro da sua vida” e tinha como dizia Hans Jonas, seu amigo de toda a vida, uma ‘vocação

---

3 Esse reajuste não contemplava os aposentados pelo regime previdenciário do INSS, embora assegurado na Lei 8.222 de 05.12.1991.

4 Grifos da autora.

para a amizade', sendo movida pelo "Eros der Freundschaft (o Eros da amizade)" (YOUNG-BRUEHL, 1997, p. 13).<sup>5</sup>

A amizade política em Hannah Arendt se contrapõe à amizade na política bastante comum na história política brasileira, onde os amigos são favorecidos e os inimigos são premiados com a lei, segundo Matta (1997). Por isso, este autor ainda esclarece que no Brasil a amizade tornou-se uma estratégia social e política (MATTA, 2003) para facilitar o acesso às instituições onde os direitos são realizados e, frequentemente, é exercitada como dominação, baseada no "sabe com quem está falando?" (MATTA, 1997). Ao contrário, a amizade política em Arendt (2002a) é um processo histórico e dinâmico e uma forma de ação pública e política que reúne basicamente três categorias fundamentais: ação, espaço público e política. Essa expressão na esfera pública, a amizade (inclusive a política), tenta resgatar o interesse dos excluídos pelos problemas sociais, ao possibilitar a troca de opiniões, unindo os sujeitos em torno de uma *polis* (ARENDRT, 2002b), assim provocando a *cidadania* arendtiana a todos.

Segundo Arendt (2002a), a ação remete à natalidade e à criatividade, por isso agir é começar de novo. Desvela o homem na sua singularidade, ao desencadear contínuos processos de ação em cadeia, na esfera pública, onde as reivindicações ganham expressão. Como a ação é exercitada pela ação e pelo discurso, permite que os cidadãos estabeleçam teias de relações humanas (ARENDRT, 2002a), tal como a amizade política. Eisenberg (2001) pontua que a ação em Hannah Arendt passa a ter um caráter político quando os sujeitos se libertam dos seus interesses individuais, ligados às necessidades, e podem fazer uma interconexão com uma compreensão de virtude pública derivada, entre outros, do amor à igualdade (EISENBERG, 2001).

Agindo na esfera pública e plural do mundo comum, os cidadãos constroem um espaço público, em que se organizam para reivindicar os seus direitos. E, pelo diálogo democrático da ação política arendtiana é gerado um poder, no sentido de fortalecimento dos cidadãos. Esse poder possibilita a organização dos sujeitos no mundo comum a todos para reivindicarem os seus direitos (ARENDRT, 1999) e pode transformar o mundo, diz Arendt (2002a). Esse mundo comum, segundo essa autora, só se tornou humano quando passou a ser objeto de discurso e com a possibilidade da amizade. E a qualidade de humano, pelo discurso, é um fato político e de cidadania, porque, ainda para a mesma autora, ao se expressarem publicamente, os sujeitos partilham o mundo e a vida com outros cidadãos.

---

5 Itálicos do original.

A expressão livre e pública de todos os sujeitos, sem distinções de qualquer natureza, em um mundo comum, compreende também a política arendtiana, pois sua concepção de política não se restringe àquela em que apenas alguns burocratas são empossados para administrar um país. Em suas reflexões, a política surge como preocupação com o mundo e se funda na convivência pública “entre-os-homens”, que podem se organizar e lutar juridicamente por seus direitos (ARENDR,1999).

Mesmo havendo prazer com a presença do amigo, a amizade política, para Arendt (2002a), é uma ação desenvolvida através de uma pluralidade de ideias em uma relação horizontal e plural na esfera pública do mundo comum a todos. Nesse contexto, os sujeitos compartilham opiniões sobre os problemas da sua cidade, os direitos e as políticas sociais. Nas palavras de Arendt,

O elemento político, na amizade, reside no fato de que, no verdadeiro diálogo, cada um dos amigos pode compreender a verdade inerente à opinião do outro. [. . .] Esse tipo de compreensão - em que se vê o mundo (como se diz hoje um tanto trivialmente) do ponto de vista do outro - é o tipo de insight político por excelência (ARENDR, 2002b, p. 99).<sup>6</sup>

Daí se depreende que através da ação livre e conjunta, dialogando com os amigos no espaço público, onde cada um expõe a sua opinião, entre sujeitos diferentes, na pluralidade e diversidade do mundo comum a todos, constitui-se a amizade política e fortalecem-se os cidadãos para lutarem por direitos iguais e pela cidadania arendtiana.

Em um e-mail que enviei ao professor Celso Lafer (2004), consultando sobre a associação entre a amizade e os direitos sociais, sua resposta dizia que:

O tema da amizade e o seu papel na política é discutido pelos gregos – é a filia que, por exemplo, Aristóteles discute. [. . .] talvez se possa vincular o tema da fraternidade, do lema da Revolução Francesa à ‘filia’<sup>7</sup> pois a fraternidade aprofunda a noção clássica da amizade a ela agregando a aspiração da solidariedade horizontal (LAFER, e-mail: 2004).

A categoria da amizade, assim associada, torna-se uma amizade política prescrita na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e na Constituição brasileira de 1988, em que a solidariedade é inspirada na fraternidade da

---

6 Acréscimo em parênteses, do original.

7 Grifos do original.

Revolução Francesa e garante direitos, como a participação e a integração na esfera pública com outros cidadãos em que são constituídos espaços públicos arendtianos.

Nesse sentido, os idosos vêm se inserindo na esfera pública, desenvolvendo diversas atividades, inclusive o voluntariado, e construindo amizades políticas. O voluntariado por idosos será apresentado a seguir, em breves apontamentos.

#### 4 O Voluntariado por Idosos: Alguns Apontamentos

A literatura especializada tem mostrado que o voluntariado é uma ação livre fundamentada na solidariedade. É uma prática histórica no Brasil, fortemente ligada à Igreja (LANDIM, 2001), que ganhou mais visibilidade, sendo, de certa forma, oficializada com a declaração pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001 como o Ano Internacional do Voluntariado. Em 1998 o Serviço Voluntário foi legalizado no Brasil e definido como:

[. . .] atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (BRASIL, 1998).

Essa lei deu uma grande abertura a essa atividade. Contudo, a sua aprovação coincide com a expansão da política neoliberal, que minimizou a presença do Estado diante das políticas e promoveu exclusão social.

Para a geração idosa, o voluntariado foi recomendado no Plano de Ação da Assembleia de Viena (1982), que discorreu sobre os direitos dos idosos e a necessidade de “novos programas internacionais para garantir segurança econômica e social aos velhos” (BOBBIO, 1992, p. 63). Essa recomendação foi expandida no Plano de Ação da Assembleia de Madrid (2002). Além dessas deliberações, alguns estudos nacionais (DAL RIO, 2001; DEL GRANDE & RIBEIRO, 2000) e internacionais (MORROW-HOWELL *et al*, 2003; LUM & LIGHTFOOT, 2005)<sup>8</sup> sobre o voluntariado exercido por idosos mostram os benefícios dessa atividade para a geração idosa: na saúde, na participação, na construção de amizades e outros.

Destacando os estudos nacionais, têm-se em Dal Rio (2002) e Del Grande & Ribeiro (2000), que o voluntariado qualifica melhor o tempo dos idosos, promove a transmissão do legado profissional e a sua integração social. Além

8 Tradução livre da autora.

disso, constitui um movimento social de voltar-se ao outro pela solidariedade, recriando o presente e, desse modo, promovendo a inserção dos idosos no espaço público, o que contribui para o reconhecimento do seu lugar social e político, assim, passando a constituir uma nova força na sociedade. Nesse sentido, o voluntariado pode ser compreendido como uma forma de ação política no sentido arendtiano, que favorece a prática da amizade política dos idosos.

A seguir, apresento brevemente o Projeto “Idosos Colaboradores”, criado em 1966, integrado pelos sujeitos da pesquisa. Esse Projeto integra o Programa Valorização do Conhecimento do Idoso da UnATI/UERJ, que é coordenado por duas assistentes sociais, e insere estagiários de Serviço Social. Seu objetivo é promover a participação social dos idosos por meio de atividades voluntárias nos espaços internos da UnATI, buscando a valorização do conhecimento e a capacitação dos idosos para as questões inerentes ao processo de envelhecimento, tornando-os agentes multiplicadores da cidadania na terceira idade (NUNES & CUBA, 2001).

Os idosos são inseridos no projeto após entrevistas individuais e acompanhados em reuniões mensais pelo Serviço Social. Eles expressam a construção da amizade como uma das motivações da sua inserção no projeto. Os idosos desenvolvem o voluntariado em dois setores, sendo um deles a Recepção do Ambulatório Núcleo de Atenção ao Idoso, onde, além de recepcionarem os idosos em atendimento ambulatorial (preenchem fichas, anotam dados em diversos documentos dos idosos, atendem ao telefone etc.), estabelecem diálogos com os idosos citados, em que informam sobre o acesso ao tratamento de saúde e outros direitos.

O outro setor, denominado Oficina de Direitos Sociais compreende o debate sobre os direitos sociais e as políticas sociais dos idosos, desenvolvido junto aos Cursos da UnATI. Nas Oficinas, os idosos auxiliam a equipe de Serviço Social na confecção de material didático e debatem com os idosos participantes dos cursos, durante as oficinas, repassando o saber apreendido nas reuniões do Serviço Social. Vejamos, portanto, o que revelam os próprios idosos e sujeitos da pesquisa sobre a amizade política.

## 5 Amizade Política dos Idosos na Ação Voluntária

O objetivo da pesquisa qualitativa realizada foi compreender o significado da amizade construída pelos idosos do Projeto “Idosos Colaboradores”. Foi concluída em 2005, sendo parte integrante da dissertação de mestrado

intitulada “Ninguém Vive Sem Amizade! A Importância da Amizade Política dos Idosos Colaboradores”, de minha autoria.

A maioria dos 08 idosos (06 mulheres e 02 homens) entrevistados, com idades entre 64 e 82 anos, não possuía experiência de voluntariado anteriormente. A renda individual oscila entre um e meio a nove salários mínimos federais. Dois homens idosos<sup>9</sup> são casados e aposentados; 05 mulheres são viúvas e uma idosa viúva casou em segundas núpcias. Entre as 06 mulheres idosas, uma foi readaptada ao trabalho, 04 são aposentadas e pensionistas e uma outra é aposentada.

A pesquisa seguiu os determinantes éticos em pesquisa, ou seja, foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UnATI/UERJ e teve a anuência dos idosos no Termo de Consentimento Informado. Para preservar o anonimato, atribuí nome de flores às mulheres idosas e, aos homens, nomes próprios aleatórios. Vejamos o que dizem os idosos sobre as suas atividades:

Luiz organizava “uma série de boletins que eram de uso dos médicos”, realizava uma atividade na “sala de espera” com pessoas “fragilizadas e acompanhadas por um responsável que aguardavam o atendimento”. E, orientava sobre “[. . .] certos procedimentos, que as pessoas deviam observar, [. . .] uma série de informações [. . .]”, para que “[. . .] pudessem ser atendidos [. . .]”. Orquídea afere a pressão dos idosos e afirma: “Converso muito [. . .] (sobre) a pressão [. . .], remédio [. . .] Elas (idosas atendidas) conversam também muito comigo.”

Sobre as amizades construídas na UnATI e no voluntariado, Carlos, um sindicalizado aposentado, que, ao se integrar no projeto passou a reunir os sindicalizados aposentados e a se engajar nas lutas dos funcionários ativos de uma importante empresa, diz: “As minhas amizades aqui na UnATI e no Sindicato são coisas muito produtivas e participativas.” Para ele, ainda, a “[. . .] juventude que existe também aqui dentro [. . .], aquela integração. Eu converso [. . .] Eu tô sentindo que eu tô fazendo [. . .] bem pras pessoas também.”

Ao conversar e participar nesse espaço público de pluralidade das atividades voluntárias e das reuniões da equipe de Serviço Social, os idosos vão construindo e exercitando amizades políticas arendtianas. Essa forma de amizade é praticada ao debaterem sobre os direitos sociais assegurados nas políticas sociais dos idosos (PNI e EI).

Na opinião de Carlos: “Essa participação política é uma maneira [. . .] de reivindicar determinadas coisas [. . .]”. A participação política de Orquídea é como “representante da turma aqui do curso [. . .] na UnATI”. Ainda sobre

9 Um deles, que eu chamei de Carlos, faleceu em 2006.

isso, Rosa, que é Presidente da Associação dos Idosos, diz: “[. . .], tenho uma diretoria em que todos têm a sua capacidade e todos têm o direito de exercer aquela capacidade dentro da Associação e trabalhar sobre isso. Eu dou margem pra isso”. E, reafirmando a importância dessa participação política, Carlos comenta:

[. . .] eu tenho participado de tudo, participo de eventos, no Sindicato [. . .] eleições lá, no Sindicato. [. . .] A nossa presença dentro do Sindicato tem sido uma coisa [. . .] excepcional! Uma coisa de política, uma coisa, fora de série. [. . .] Eu tô botando o pessoal [. . .] pra eles se movimentarem bem! Eu acho que (no voluntariado) é uma relação muito boa, porque é uma atividade que eu tenho, venho com boa vontade, tenho boas amizades. [. . .] Me sinto satisfeito.

A ação política de Carlos é exercitada por meio de “conversações muito mais amplas”, como denominou Rosa. Mas Violeta diz que “[. . .] a pessoa que não tem um amigo, uma amizade [. . .] se sente [. . .] Excluído, do meio que ele convive.” Daí Luiz afirmar que “Não se vive sem amizade!”.

Eles percebem, portanto, a amizade como um direito e como cidadania, e como um vínculo que tira da “morte social” (MOTTA, 1992). Trata-se aí de uma amizade pública, em que os idosos mostram-se militantes (SIMÕES, 2004), uma vez que: “[. . .] a gente [. . .] sai desse convívio assim fechado, vai pra um convívio aberto, cada um tem a sua opinião [. . .]”. (DÁLIA). Essa amizade é praticada em todos os espaços da cidade (UnATI, Fórum, sindicatos, associações etc), em que, como disse Carlos, cada um expõe seu “ponto de vista” sobre “política governamental.”

Esses relatos sugerem que, ao expressarem a sua opinião na esfera pública, os idosos estabelecem amizades políticas, enquanto ação arendtiana, que é diferente da “política governamental”. Ao tentarem associar a amizade à política, posicionando-se sobre a sua concepção sobre essa última, revelaram a sua descrença na política brasileira, de forma ética, mas bastante crítica. Eles entendem a política como “política partidária”, que é “suja”, ligada à “desonestidade” (ORQUÍDEA) e à “falsidade em pessoa” (ROSA e VIOLETA). Para Rosa, há também “aquela política do ser humano [. . .], a sua politicazinha, faz seus grupinhos, guetos. E aí não fazem uma comum união, porque a política [. . .] não vê a comunidade em geral, não vê o povão.” Por isso afirma: “Não acredito mais em política. A política do governo.”.

A descrença na política parece estar associada à sua prática histórica no Brasil, onde relacionar-se - ter amigos - representa uma estratégia para obter apoio político e trocar favores entre os amigos, segundo DaMatta (1987). Entretanto, os idosos parecem mostrar que há uma outra forma de fazer

política, que faz uma “comum união”, que “vê a comunidade”, diferente, como fica claro na fala de Rosa, da política governamental. Além disso, os idosos associam a política à cidadania, mas são críticos:

[. . .] é um posicionamento na vida [. . .] O sujeito se posiciona na vida, de maneira que ele exerce uma política. [. . .] É [. . .] vivenciar problemas, atitudes e acontecimentos (LUIZ).

[. . .] a política aí está ligada à cidadania, porque os políticos, as pessoas têm que recorrer aos políticos [. . .] pra formar um projeto, lei, pra uma melhoria [. . .] (DÁLIA).

Acho que a política partidária devia ter uma relação com a cidadania, mas não tem, porque os políticos não pensam em você, mas no voto que ele vai ganhar (ORQUÍDEA).

Sobre cidadania, dizem que: “é o direito de cada um de nós, [. . .] da pessoa humana”. (ROSA). É “exercer” (LUIZ e ORQUÍDEA) e “[. . .] reivindicar os nossos direitos” que se “tem como cidadão” (LUIZ). Além disso, “Cidadania é expor ideias e garantir direitos.” (FLOR). É “Você brigar por alguma coisa que não esteja correto [. . .] é exercer seu direito de vida” (LUIZ).

Ao deixar claro que a cidadania e os direitos da sua geração não estão plenamente satisfeitos, os idosos dizem que o voluntariado é um direito e: “Garante o meu direito de participar das reuniões de usar a palavra [. . .]” (VIOLETA). “Garante direitos porque a gente é livre pra falar o que quer e o que pensa” (ORQUÍDEA). Também garante os direitos de: liberdade, de aprendizagem e se integrar socialmente, correspondendo ao objetivo da PNI e do Estatuto do Idoso.

Associado aos direitos, o voluntariado passa a constituir uma ação política, que permite o exercício da cidadania, pois, segundo Arendt (2002a) agindo politicamente, cada um emite a sua opinião sobre o que pensa ser a verdade. As idosas associam o voluntariado à cidadania:

[. . .] nós estamos assim trabalhando com o público, então é uma cidadania (DÁLIA).

[. . .] participando das atividades tô aprendendo [. . .] sobre as leis que nos rege, que dá direito à gente tá... conhecendo nossos direitos. Eu acho que tô praticando a, cidadania, né (VIOLETA).

Os idosos mostraram dificuldade em perceber a amizade política no voluntariado do projeto, apenas conseguindo quando associaram política, cidadania e direitos. Isso porque estão habituados a perceber a amizade apenas como relacionamento íntimo e não voltada para o mundo, como disse Hannah Arendt. Apesar dessa constatação, a amizade política pode ser associada aos relatos de todos os idosos entrevistados. Contudo, Flor esclareceu que “A amizade pode inserir um pouco de política, porque a política está em tudo. Depende do tipo de política que se insira na amizade”. E Luiz, que melhor definiu a amizade política, afirmou:

Sim, sem dúvida nenhuma é uma amizade política. [...] É uma amizade de respeito, de atenção, de carinho, no próximo e também de dispensa [...], mas não é aprofundada como aquela amizade de estar na casa um do outro, comendo junto, não precisa disso pra exercer essa amizade. Essa amizade vem do prazer em frequentar os ambientes da mesma verdade, o pensar do mesmo modo.

Os idosos mostram uma associação com as ideias arendtianas sobre amizade política, que, nas palavras deles, é uma amizade pública praticada no mundo comum a todos e plural do Projeto e da UnATI/UERJ. Essa forma de exercício da política se contrapõe à política do governo, que não se volta para a comunidade, já analisada pelos idosos.

## 6 Comentários Finais

A pesquisa mostrou que os idosos vêm se fazendo presentes na UnATI/UERJ e para além desse espaço. O seu agir conjunto com diferentes gerações no voluntariado, de forma crítica e ética, garantindo o direito de se expressar livremente e realizar a sua vontade, revela a constituição de um espaço público e de amizade política. Assim, essa forma de amizade revela-se bastante relevante para os idosos, como alternativa de integração na esfera pública, onde as questões do processo de envelhecimento se tornam visíveis.

Ao se associarem com outros idosos e outras gerações, nos sindicatos, associações, fóruns -, os idosos colaboradores se assumem como cidadãos de todos os direitos no mundo comum a todos os cidadãos brasileiros, reivindicando o seu legítimo espaço na esfera pública. Nesse contexto, a amizade política representa uma saída para os impasses dos debates da questão social.

Agir pela amizade política torna o mundo mais palpável e mais real para os idosos, que passam a se perceber atores e autores de novas ações, no seu desempenho público em que ocupam e empregam criativamente o

seu tempo vago e os seus conhecimentos acumulados por toda a vida. Daí a importância de estimular o exercício da amizade política na ação dos assistentes sociais com idosos, para que se fortaleçam e possam melhor exercer o seu direito a ter direitos ou cidadania arendtianos.

## THE POLITICAL FRIENDSHIP OF ELDERLY VOLUNTEERS

### abstract

The aim of this article is to discuss the relevance of political friendship for the elderly collaborating with the "Elderly Collaborators" Project sponsored by the Third Age Open University (UnATI/UERJ), which is mentioned in my research for granting a M.S degree in Social Services at the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro, in the year of 2005. This study was theoretically based on Hannah Arendt's works, which presents the political dimension of friendship as an action developed by the public and plural dialogs in the world common to all people. The interviews showed that the elderly presented significant elements that point out to the practice of political friendship. The political friendship enables the debate and the struggle of the elderly, along with the other generations, to assure and increase their rights, which are ensured in the social policies.

### keywords

Elderly. Political Friendship. Volunteering

### referências

ADAMS, Rebecca G.; BLISZNER, Rosemary & de VRIES, Brian. Definitions of Friendship in the Third Age: Age, Gender, and Study Location Effects. *Journal of Aging Studies*, New York, v. 14, n. 1, p. 117-33, march 2000.

ARENDT, Hannah. *Homens em Tempos Sombrios*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. 2. reimpressão. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária, 2002a.

\_\_\_\_\_. *A Dignidade da Política: Ensaios e Conferências*. 3. ed. Tradução de Helena Martins et al. Antonio Abranches (Org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002b.

\_\_\_\_\_. *O Que é Política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. Ideologia e Terror. In: \_\_\_\_\_. *As origens dos Totalitarismos*. Tradução de Raposo, Roberto. 2. ed. Rio de Janeiro: Documentário, 1989.

\_\_\_\_\_. *Sobre a Revolução*. Tradução de I. Moraes. Lisboa: Moraes, 1971.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco (E.N)*. Tradução de Pedro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BASTIAT, Frédéric. *Individualisme et fraternité*. Copyright by Michel Leter & Presses de l'université libre de Paris, 2001. Disponível em <http://aboutleter.chetz.tiscali.fr/pages/etexts%20Bastiat/individualismeetlib.html>. Acesso em 13 mar. 2005.

BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. 4. impressão. Tradução de Maria Helena F. Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* - Atualizada pela EC 40. In: De PAULO, Antonio. 14. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Lei nº 8.842* - Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.741/2003* - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. São Paulo: Editora Escala. SP, 2003.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.608, 1.02.1998* - Dispõe sobre o Serviço Voluntário. Brasília, 1998.

CAMARANO, Ana. Amélia. *Envelhecimento da População Brasileira: Uma Contribuição Demográfica*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto Para Discussão no 858.)

CAPITANINI, Marilim Elisabeth Silva & NÉRI, Anita Liberalesso. Sentimentos de Solidão, Bem Estar Subjetivo e Relações Sociais em Mulheres Idosas Vivendo Sozinhas. In: NÉRI, Anita Liberalesso; YASSUDA, Mônica Sanches; CACHIONI, Meire. (Orgs.). *Velhice Bem-Sucedida: Aspectos Afetivos e Cognitivos*. Campinas: Papirus, p. 71-89, 2004.

CERQUEIRA FILHO, Gisalio. *A "Questão Social" no Brasil: Crítica do Discurso Político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CUBA, Conceição. De Maria. G. B. Amizade Política em Hannah Arendt. Ver. *O Social em Questão*. Rio de Janeiro, v. 16. n. 16, p. 69-83, 2006/2007.

\_\_\_\_\_. *Ninguém Vive Sem Amizade!* A Importância da amizade política dos idosos colaboradores da UnATI/UERJ. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. PUC-RJ, 2005.

DAL RIO, Maria Cristina. Trabalho Voluntário Como Promoção de Integração Social do Idoso. *A Terceira Idade*. São Paulo, n. 24, p. 57-72, abr. 2002.

DEBERT, Guita. Grin. *A Reinvenção da Velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

\_\_\_\_\_. *As representações (estereótipos) do papel do idoso na sociedade atual*. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL "ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: "Envelhecimento Populacional: uma agenda para o final do século". 2001, Brasília. Anais Brasília: MPAS/SAS, p. 35-45, 1996.

DEL GRANDE, Maria Lúcia & RIBEIRO, Regina Célia Sodré. O Trabalho Voluntário no Brasil e a Participação na Terceira Idade. *A Terceira Idade*. São Paulo, n. 20, p. 57-68, ago. 2000.

EISENBERG, José. Comunidade ou República? Hannah Arendt e as Linguagens do Pensamento Político Contemporâneo. In: MORAES, Eduardo Jardim de & BIGNOTO, Newton. (Orgs.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: UFMG, p. 166-175, 2001.

ERBOLATO, Regina Ma Prado. Relações sociais na velhice. In: FREITAS, Elizabeth. Vianna de, et al. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 1324-1331, 2006.

\_\_\_\_\_. *Contatos Sociais: Relações de Amizade em Três Momentos da Vida Adulta*. Tese de Doutorado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia da PUCCAMP: Campinas/SP, 2001.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 43. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativas da População 2008*. Rio de Janeiro, 29 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. (PNAD) 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acesso em 20 ago. 2008.

GOLDMAN, Sara Nigri. *Universidade para Terceira Idade: Uma Lição de Cidadania*. Olinda, PE: Elógica, 2003.

\_\_\_\_\_. Proteção Social e Velhice: um desafio para o Serviço Social. In: ALMEIDA, Valéria de Figueiredo Stuart Maia de et al. *Política de Assistência Social no Brasil: desafios para o assistente social*. II SIMPÓSIO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMAER. DIRINT, Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica. p. 120-134, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V. A Questão Social no capitalismo. *Temporais*, Brasília, ano 2, n. 2, p. 9-32, jan./jun. 2001,

KARLSSON, Sofie G. & BORELL, Klas. A home of their own. Women's boundary work in LAT-relationships. *Journal of aging Studies Östersund*, Sweden, v. 19, n. 1, p. 1-19, 2005.

LAFER, Celso. *Publicação Eletrônica* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por cuba@uninet.com.br em 10 dez. 2004.

LANDIM, L. Notas em Torno do Terceiro Setor e Outras Expressões Estratégicas. *O Social Em Questão*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, p. 61-98, jul./dez. 1999.

LÜDKE, Menga. & ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LUM, Terry. Y. & LIGHTFOOT, Elisabeth. The Effects of Volunteering on the Physical and Mental Health of Older People. *Research On Aging*. New York, v. 27, nº 1. p. 31-35. Jan de 2005. Disponível em <http://www.sagepub.com> Acesso em 20 fev. 2005.

MATTA, Roberto da. Em Torno dos Nossos Amigos. *Leituras Compartilhadas*. Rio de Janeiro, Ano 3. Fascículo 10. p. 5, 2002.

\_\_\_\_\_. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MICHELET, Jules. *O Povo*. Tradução Souza, Gilson C. Cardoso. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MORROW-HOWELL, Nancy. et al. Effects of Volunteering on the Well-Being of Older Adults. *Journal of Gerontology: Social Sciences*. New York, v. 58B, n. 3. p. 137-145. 2003. Artigo capturado através do Portal Capes.

MOTTA, Alda Britto da. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, Clarisse. E. (Org.). *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, p. 109-144, 2004.

MOTTA, Edith. Envelhecimento Social. In: *Coleção Temas Sociais*. Reedição de 1990, Ano XXII, Nº 230. Rio de Janeiro: CBCISS, 1992.

NUNES, Alzira. Tereza. G. L. *Serviço Social e Envelhecimento: Perspectivas de Trabalho do Assistente Social na Área de Saúde*. In: BRAVO, Maria Inês. S. et al. (Orgs.). *Saúde e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, p. 135-149, 2004.

\_\_\_\_\_. & PEIXOTO, Clarisse. *Perfil dos Alunos da Universidade Aberta da Terceira Idade – UnATI/UERJ*. Rio de Janeiro, FSS/UERJ, 1995.

\_\_\_\_\_. & CUBA, C. M. G. B. *Projeto Idosos Colaboradores*. 1. revisão. Rio de Janeiro: UNATI/UERJ, 2001.

ONU - DIESA. *The World Aging Situation: Strategies and Policies*. Nova York, 1985.

\_\_\_\_\_. *Plan de Acción Internacional sobre el Envejecimiento*. Madri, Espanha, Nações Unidas, Nova York, 2002. Disponível em <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/CONF.197/9>

ORTEGA, F. *Genealogia da Amizade*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

PAZ, S. F. *Dramas, Cenas e Tramas: A Situação de Fóruns e Conselhos do Idoso no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais: participação dos idosos. In: PY, Ligia *et al* (Org.) *Tempo de Envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: NAU Editora, p. 229-256, 2004.

PEIXOTO, Clarisse. De Volta às Aulas ou De como ser Estudante aos 60 anos. In: VERAS, Renato (org.). *Terceira Idade: Desafios para o Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UnATI – UERJ, p. 41-47, 1997.

PEREIRA, Potyara. Amazoneida. Pereira. Formação em Serviço Social, política Social e o Fenômeno do Envelhecimento. *Seminário sobre Educação Superior e Envelhecimento Populacional no Brasil*. SESU/CAPEs. Ministério da Educação. Brasília, 12 maio 2005. Disponível em [www.portaldoenvelhecimento.net](http://www.portaldoenvelhecimento.net) Acesso em 20 jul. 2008.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: evolução e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALGADO, Marcelo A. *Vêlhice, Uma Nova Questão Social*. São Paulo: SESC, 1980.

SIMÕES, Júlio. Assis. Provedores e Militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: PEIXOTO, Clarisse.E. (Org.). *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, p. 25-56, 2004.

TEIXEIRA, Solange. Maria. *Envelhecimento e Trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

TELLES, V. S. *Direitos Sociais: afinal do que se trata? 2. reimpressão*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

VERAS, Renato Peixoto. A Era dos Idosos: Desafios Contemporâneos. In: SALDANHA, Assuero; CALDAS, Célia Pereira (Orgs.). *Saúde do Idoso: A Arte de Cuidar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, p. 3-10, 2004a.

\_\_\_\_\_. A frugalidade necessária: modelos mais contemporâneos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1152-1154, 2004b. Disponível em <http://www.scielosp.org> Acesso em 13 jul. 2008.

VERAS, Renato Peixoto & CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel de. Idosos e Universidade: Parceria para a Qualidade de Vida. In: VERAS, Renato P. *Terceira Idade - Um Envelhecimento Digno Para o Cidadão do Futuro*. (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará & UnATI/UERJ, p. 11-28, 1995.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

Recebido: 22/12/2008

1ª Revisão: 09/12/2009

2ª Revisão: 21/06/2010

Aceite Final: 23/06/2010